

**FACULDADE CAPIXABA DA SERRA - MULTIVIX
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**CARLA CAETANO ALVES
JÉSSICA PEREIRA DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA
ESCOLA COMUM: UMA INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DA SERRA**

SERRA

2014

**CARLA CAETANO ALVES
JÉSSICA PEREIRA DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA
ESCOLA COMUM: uma investigação no município de Serra**

Trabalho apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra, como requisito final para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Camila Reis

SERRA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca da Faculdade Capixaba da Serra - Multivix. Serra, ES.).

ALVES, Carla Caetano.

A474i A inclusão da criança com deficiência múltipla na escola comum: uma investigação no município da Serra. / Jéssica Pereira dos Santos. – Serra: Faculdade Capixaba da Serra, 2014.

44fls.

Orientador: Professora Camila Reis

Trabalho de conclusão de curso (Curso de Pedagogia) –
Faculdade Capixaba da Serra – Multivix 2014.

1. Inclusiva escolar. 2. Ensino aprendizagem. I. Reis, Camila.
II. Faculdade Capixaba da Serra - Multivix. III. Curso de
Pedagogia. IV. Título.

CDD: 371.9

**CARLA CAETANO ALVES
JÉSSICA PEREIRA DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA
ESCOLA COMUM: uma investigação no município de Serra**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de graduação em Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em de de 2014.

COMISSÃO EXAMIDORA

Prof.^a Ms. Camila Reis
Orientadora
Faculdade Capixaba da Serra

Aos meus pais,
com todo carinho e compreensão.

À minha família,
com toda afeição.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos professores em especial à minha orientadora Camila Reis pela confiança e aos incentivos que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos nossos familiares, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos indivíduos que facilitaram e colaboraram com material e experiências a fim de contribuir para a pesquisa.

Por fim, a todos, o meu muito obrigado.

“Somos, sem dúvidas, homens e mulheres cheios de esperança, pois temos que ter esperança do verbo esperar, porque há outros que têm esperança do verbo esperar, não é esperança, é espera: eu espero que dê certo, espero que funcione, espero que resolva... Esperançar é ir atrás, é juntar, é não desistir.”

Paulo Freire

RESUMO

Esse trabalho aponta a perspectiva de que a educação inclusiva, mais precisamente com crianças com deficiência múltipla, é um processo em construção, não existindo uma ideia acabada do que viria a ser uma sociedade de inclusão. O que existe realmente são pessoas comprometidas em trabalhar a inclusão, para que ela aconteça de fato. Nesse sentido o presente estudo dirigiu nosso olhar para crianças com deficiência, com o objetivo de mostrar os entraves no que se refere a inclusão no âmbito escolar. Apesar dos avanços, consideramos ainda uma falta de preparo por parte dos governantes, e falta de capacitação dos professores que ainda se sentem perdidos em como trabalhar com essas crianças.. A complexidade do tema nos deixa entrever que é um caminho difícil, dada a tanto pré conceito por parte da sociedade, e das incertezas e inseguranças na inclusão das escolas, que não possuem uma experiência a respeito do que seria uma escola inclusiva, e praticando uma metodologia adequada para poder realmente integrar essas crianças em uma sala regular. O processo de inclusão é basicamente um acesso educacional, que atende no máximo a capacidade do aluno com necessidades especiais na escola e na classe regular.

Palavras – Chave: Ensino aprendizagem, Inclusão, Escola regular.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: CARACTERIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE ENSINOAPRENDIZAGEM.....	16
2.2. RECURSOS E IDEIAS PARA ENSINAR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.....	17
2.3 RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	
2.3.1 OBJETOS DE REFERÊNCIA	
2.3.2 DISPOSIÇÃO DA SALA E ORIENTAÇÕES PARA AS ATIVIDADES	
2.3.3 ADEQUAÇÕES AUDITIVAS	
2.3.4 POSICIONAMENTO	
2.3.5 GUIAS INTERPRETES, INSTRUTORES MEDIADORES E MONITORES	
2.3.6 TECNOLOGIA ASSISTIVA	
2.3.7 ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA	
3. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS	23
3.1. PERÍODO DE 1854 A 1956 - INICIATIVAS OFICIAIS E PARTICULARES ISOLADAS	26
3.2. PERÍODO DE 1957 A 1993 - INICIATIVAS OFICIAIS DE ÂMBITO NACIONAL.	26
3.3. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	27
3.3.1. LEGISLAÇÃO E NORMAS.....	27
3.3.2. DE 1961 A 1970.....	27
3.3.3. DE 1986A 1993.....	28
3.3.4. DE 1994 Aos Tempos Atuais.....	28
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	31
4.1. OBJETIVO GERAL	31

4.1.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
4.2. LOCAL DE ESTUDO	31
4.3. SUJEITO DE ESTUDO	32
4.4. METODOLOGIAS PARA COLETA DE DADOS.....	32
4.5. OUVINDO O SUJEITO DA PESQUISA.....	33
5. A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA ESCOLA COMUM: O ESTUDO EM ANDAMENTO.....	34
5.1. O ESTUDO EM ANDAMENTO.....	39
5.2	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 1994).

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 1994).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir ‘tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a

organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades

educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais(BRASIL,1994).

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 1994).

As crianças com necessidades especiais ganham hoje o direito de frequentar salas regulares, as práticas pedagógicas antes aplicadas exclusivamente nas instituições de ensino especial foram transferidas para a escola regular, visando uma modalidade de ensino individual, tendo em vista as características e especificidades do aluno (SANCHES, 2006).

Diante do acima exposto, pretende-se com este estudo, abordar os obstáculos encontrados no processo de inclusão de alunos com deficiência múltipla em classes comuns de ensino, e compreender se os processos e práticas desenvolvidas na escola comum têm garantido a esse aluno não somente a socialização mas também

a construção do conhecimento e a formação integral do indivíduo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 1994).

Apesar de um conceito bem reiterado, muitas escolas ainda não viabilizam a educação inclusiva, ou ainda a fazem de maneira insuficiente. Pode-se observar, portanto, que ainda existem desafios e conflitos no âmbito escolar que devem ser estudados e discutidos de maneira a viabilizar a implantação dessa necessidade, tal como fazer um desenvolvimento eficaz da educação inclusiva no campo educacional (ROLDÃO, 2003).

Diante do exposto acima se pretende elucidar alguns questionamentos a cerca da criança com deficiência múltipla: como têm sido desenvolvidas as práticas dos professores na escola comum para com a criança com deficiência múltipla? Os agentes escolares sentem-se preparados para trabalhar com as crianças com esse tipo de especificidades? A criança com deficiência múltipla tem sido incluída ou apenas integrada ao contexto escolar?

Incluir é uma tarefa desafiadora e ao mesmo tempo enriquecedora tanto para a criança com necessidades especiais como para os atores educacionais envolvidas no processo de inclusão. No entanto, antes de qualquer avaliação prévia das dificuldades da criança especial é necessário firmarmos o compromisso assumido em nossa formação com os profissionais, a fim de prover os meios pelos quais, com

liberdade e determinação, possam contribuir com novos saberes, ampliando significados, com o compromisso de formar cidadãos e diminuir as desigualdades sociais (ROLDÃO, 2003).

Buscar-se-á ainda, um estudo do que vem a ser deficiência múltipla e suas possíveis causas, e o papel da escola, família e docentes no processo de inclusão enfatizando um embasamento legal que garante ao aluno e sua família o direito de frequentar salas regulares, concomitantemente ao atendimento educacional especializado, quando necessário (ROLDÃO, 2003).

Muito se tem discutido a cerca da importância da preparação/formação de profissionais educadores, em especial o professor da classe regular para o atendimento das necessidades educativas, de todas as crianças, com ou sem deficiências (ROLDÃO, 2003).

As políticas públicas têm avançado visando constituir uma educação de qualidade e sem nenhum tipo de discriminação, a evolução da legislação sobre educação inclusiva no Brasil após a Declaração de Salamanca que enfatiza duas diretrizes: a de transformar os sistemas de ensino para que acolham todas as crianças, e a eliminar a discriminação ao acesso à educação.

O enfoque da Declaração de Salamanca é de que o Brasil se compromete a assinar um documento, sendo apresentadas questões referentes a princípios e concepções das políticas públicas adotadas, metas traçadas e a implantação da política da inclusão no sistema educacional.

A década de 1970 representou o período de institucionalização da Educação Especial no Brasil devido à preocupação crescente do sistema educacional público, em garantir o acesso à escola das pessoas com deficiência (ROLDÃO, 2003).

A Educação Especial absorveu os avanços da pedagogia e psicologia da aprendizagem principalmente na área comportamental. O desenvolvimento de novas metodologias permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses

sujeitos. (ROLDÃO, 2003).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: CARACTERIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

Deficiência Múltipla é a expressão adotada para designar pessoas que tem mais de uma deficiência. É uma condição heterogênea que identifica diferentes grupos de pessoas, relevando associações diversas de deficiência que afetam, mais ou menos intensamente, o seu funcionamento individual e o relacionamento social. (SOARES, 2000, p. 47)

A definição de deficiência múltipla adotada nesse trabalho está de acordo com a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação:

Segundo Contreras; Valente (1993) a caracterização da deficiência múltipla exige a observância de certos aspectos:

[...] tem de haver simultaneamente, na mesma pessoa duas ou mais deficiências (psíquicas, físicas e sensoriais) [...] essas deficiências não têm de ter relação de dependência entre si, quer dizer, uma das deficiências não condiciona que existam outras deficiências [...] também não tem haver uma deficiência mais importante do que a outra e outras. Estabelece a importância ou o predomínio de uma deficiência sobre a outra é difícil e não conduz a nada [...]. (CONTRERAS; VALENTE, 1993, p.378).

A avaliação das pessoas com deficiência múltipla deve contemplar informações de natureza biomédica, física, psíquica, social e psicomotora. Convém considerar o modo como a pessoa interage, percebe e conhece o ambiente físico e social, bem como adquirir, organizar e produzir seu conhecimento (VALENTE, 1993).

É muito importante para a aprendizagem da criança que possui deficiência múltipla conhecer a natureza dos objetos, seu funcionamento, finalidades, origem e componentes. Esses estímulos são atraentes e despertam a atenção da criança em seu desejo natural de conhecer (Manjón, 1997).

As adequações curriculares sendo muito importante e essencial para adequarem o currículo da criança com necessidades educacionais especiais em que segundo Manjón e Col. (1997).

A criação de ambiente físico e material adequado às necessidades do aluno também é de suma importância, o que significa proporcionar acessibilidade. Um exemplo seria a construção de rampas uma vez que a maioria dos alunos com deficiência múltipla é cadeirante. As crianças que possuem os membros atrofiados necessitam de um trabalho sistematizado com a utilização materiais didático-pedagógicos como exemplo pode citar bolinhas que são usadas para sensibilização e até mesmo para fisioterapia para que a mesma manuseie as mãos.

A introdução de atividades complementares ou substitutivas para o aluno alcançar objetivos específicos e diferentes dos demais colegas que são indispensáveis frente as suas necessidades especiais. É necessário um trabalho diferenciado com esse aluno de modo a serem trabalhados os conteúdos previstos, adaptando-se as metodologias, avaliações e organização curricular.

A organização do ambiente da sala de aula e das atividades deve ser acessível a todos os alunos, inclusive aos que apresentam necessidades especiais. O espaço da sala de aula deverá ser bem organizado, para se transitar com o aluno, pois na maioria das vezes o mesmo é cadeirante. E em relação às atividades, essas devem ser bem planejadas e o aluno deve ser colocado, preferencialmente, bem próximo ao professor facilitando seu processo de compreensão e aquisição do conhecimento.

O currículo adaptado às crianças com necessidades educacionais especiais precisa considerar entre outros aspectos, o incentivo à comunicação e às relações interpessoais, ou seja, a socialização do aluno. A motivação, a iniciativa e o desejo de interagir no meio físico e social, podem impulsionar os processos de ensino e aprendizagem da criança especial bem como contribuir para seu desenvolvimento.

Em suma, as crianças com deficiência múltipla deverão ser integradas ao meio educacional para interagirem e socializarem com os demais alunos, e o educador

precisa ter uma visão global de todo o grupo escolar, sejam seus alunos deficientes ou não.

2.2 RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

2.2.1. OBJETOS DE REFERÊNCIA

Esses objetos de referência são aqueles que têm significado especiais, os quais tem a função de substituição de palavra e, assim, representando pessoas, objetos, lugares, atividades ou conceitos associados a eles, segundo Maia Et al, (2008).

2.2.2 DISPOSIÇÃO DA SALA E ORIENTAÇÕES PARA AS ATIVIDADES

Segundo Hicks e Hicks (1983), Prickett & Pricket (1991), para que os alunos com deficiência múltipla participem das aulas de maneira mais eficaz e adequada, o professor da sala de aula poderá e é necessário fazer adequações simples, no qual seja confeccionado e utilizado murais como odo material que for visível a criança, e é recomendado por Hicks e Hicks (1983) e Prickett & Pricket (1991) o fundo de cor neutra.

Deverão ser usados cores e materiais que não brilham por causa da claridade, para não gerar reflexos, assim os alunos poderão enxergar nitidamente.

É muito importante e necessário que o professor esteja sempre atento, pois para evitar riscos, como degraus e objetos pendurados.

2.2.3. ADEQUAÇÕES AUDITIVAS

Alunos com deficiência múltipla, na maioria das vezes tem uma ótima audição, com isso uma funcionalidade bem ativa, os mesmos deverão ser encorajados e motivados a utiliza-los em seu aprendizado. (MAIA, 2010).

2.2.4 POSICIONAMENTO

Um aluno com deficiência múltipla que tem resíduo auditivo deve sentar-se a um lugar que lhe proporcione proximidade as fontes de som mais importantes. Em se tratando de alunos com deficiência múltipla com um comprometimento motor, físico e mental (Paralisia Cerebral que é causa da deficiência múltipla), o seu bom posicionamento é ideal para obter melhores resultados na aprendizagem. (MAIA, 2010, pág. 27).

2.2.5 GUIAS INTERPRETES, INSTRUTORES MEDIADORES E MONITORES

Os alunos na rede regular de ensino, normalmente recebem do cotidiano com a assistência de uma pessoa. A maioria desses alunos tem que ter esse profissional devido a sua deficiência que é dependente para tudo que necessita fazer e não pode, ajudando a na comunicação com a sociedade escolar e na participação das aulas, ou seja, recebimento das informações no seu sistema de comunicação. Para esses educandos são necessários os serviços de guias interpretes, para guiar, interpretar e mediar à comunicação. Os monitores podem em atividades extraclases. (MAIA, 2010).

2.2.6 TECNOLOGIA ASSISTIVA

Segundo MAIA (2010), a tecnologia assistiva é uma área de conhecimento, sendo interdisciplinar, englobando produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tem por finalidade promover a função relacionada a atividade e participação de pessoas com deficiência, incapazes ou mobilidades reduzidas, com intuito de favorecer a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Os objetivos da Tecnologia Assistiva são: independência, qualidade de vida e inclusão social, ampliação a comunicação, ampliação a mobilidade, ter controle do ambiente e dar apoio a habilidades para o trabalho.

2.2.7. ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA

É necessária e muito importante a organização da sala de aula por parte do professor, no qual adaptações físicas deverão ser implantadas e feitas com

frequência: marcação ou organização de cantos temáticos na sala de aula, cortinas que abafam sons externos e telha, materiais de construção, divisores de madeira ou painéis de parede que abafam sons. (MAIA, 2010).

Na escola regular de ensino, há muitos problemas enfrentados pelos alunos que possuem deficiências.

Enfim, a escola tem que estar bem organizada para atender e receber os alunos com deficiência múltipla, o professor tem que sempre estabelecer uma inclusão na sala de aula para com seu aluno com necessidades especiais e a integrar se os mesmos em todas as atividades de sala e sempre tentando socializar eles com os outros alunos normais e com demais funcionários da escola.

Os estudos mais recentes no campo da educação especial, definições e o uso de classificações devem ser contextualizados, considera-se que as pessoas se modificam continuamente, podendo transformar o contexto no qual se inserem, e que a inclusão não é somente para alunos com deficiência, mas para todos os alunos, educadores pais e membros da comunidade. (MEC, 2010).

Ser professor é uma profissão que requer desafios, mas quando se tem vontade e responsabilidade de proporcionar educação de qualidade a alunos com deficiência múltipla, é acima de tudo estar preparado, e confiante.

Certas atividades e ideias podem lhe proporcionar um diferencial em sala de aula, e conseqüentemente, oferecer a vida desses alunos uma chance que sob outros aspectos eles perderam (CIÊNCIA, 1999).

Quando um aluno com deficiência múltipla tem que praticar tarefas acadêmicas básicas, como anotar alguma coisa, para ele pode ser um ato penoso. Para poder ajudar esses alunos, os professores podem fornecer um questionário impresso, ou um resumo das anotações, além disso, podem usar como apoio pedagógico, fazer gravações da aula, e oferecer para o aluno ouvi-la em um aparelho de MP3 ou no computador.

O objetivo ao avaliar alunos com deficiência múltipla, não é diferenciar-los uma das outras, mas oferecer oportunidades realistas de permitir que eles dominem certas habilidades e conceitos. Aplicar uma prova oral pode proporcionar essa oportunidade, ou até mesmo pedir para alguém ler para o aluno, ou escrever as perguntas enquanto ele diz as respostas. Se o modo de avaliar for o mais simples possível, não se esquecendo de que o excesso de perguntas em uma mesma página pode lhe causar confusões (CIÊNCIA, 1999).

Esses métodos são válidos para todos os tipos de incapacidade, incluindo a visual, de movimentação, mental e de desenvolvimento, essas metas deve haver objetivos preestabelecidos a serem alcançados pelas crianças.

Cada lugar e cada escola praticam certas políticas. No que se refere ao aprendizado de alunos com deficiência múltipla, é preciso haver alguns ajustes nas políticas públicas, exemplo: o quanto se pode prolongar uma aula para alunos com certas deficiências, melhorar a condição ou medicação da criança, além disso, fornecer, assentos preferenciais onde possam proporcionar melhorias aos alunos com comprometimentos visuais, auditivos ou de atenção, em benefício a sua educação.

Certas estratégias podem ser mais eficazes para alunos com necessidades especiais. Por exemplo: recursos visuais podem proporcionar informações mais organizadas ao cérebro do aluno, confecção de resumos, comparações e contrastes são métodos que, comprovadamente, os ajudam não apenas a processar, mas também a reter as informações (CIÊNCIA, 1999).

Ao planejar um questionário de perguntas e respostas, é preciso usar um método que mostre aos estudantes como são formadas as perguntas, oferecendo-lhe uma melhor compreensão sobre como as responde (CIÊNCIA, 1999).

A atuação e a capacidade das crianças com deficiência múltipla são heterogêneas e variáveis. Os alunos com níveis funcionais básicos e facilidade de interação ao social podem e devem ser educadas em classes comuns, sendo trabalhado um currículo adaptado às suas necessidades. Outros que apresentam um grau de

deficiência maior, com mais dificuldades, poderão requerer de processos especiais de ensino, apoio mais incisivo, contínuos e currículo alternativo que proporcione um bom resultado á suas necessidades na classe comum. No que tange ao aprendizado de crianças com deficiência múltipla, a melhoria na qualidade na inclusão educacional vem com a ideia de destruir qualquer olhar preconceituoso, de diminuição no que se refere ao aprendizado dessas crianças, e que todos os alunos aprendam a conviver em lugares iguais (BRUNO, 2006).

Esses processos integrados de educação, assistência social e saúde são importantes e imprescindíveis para que cada necessidade educativa seja atendida, mas não justifica o afastamento da criança no âmbito escolar. Entretanto, a escola não pode assumir ou desenvolver um trabalho terapêutico, mas precisam adequar suas atividades pedagógicas conforme a necessidade particular da criança, permitindo que a mesma tenha participação em todas as atividades desenvolvidas, importantes no seu desenvolvimento e aprendizagem em uma classe comum.

O trabalho pedagógico para as crianças com deficiência múltipla, na educação infantil, dá as elas o direito de serem crianças, poderes em exercer todos os direitos iguais a demais criança, de forma lúdica e informal, assegurar o direito de frequentar a escola, construir e aprender conhecimentos de forma adequada e sistematizada, e ter contato com outras crianças (BRUNO, 2006).

A educação infantil, nesse contato, tem duas importantes funções: “cuidar” e “educar”. Cuidar tem o sentido de ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, atender as necessidades básicas, valorizar e desenvolver capacidades. Educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 23).

A execução de um projeto para a educação inclusiva é uma tarefa de todos que depende da vontade pública dos gestores e órgãos responsáveis pelos centros de

educação infantil, como também a participação, e o envolvimento da família no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos seus filhos.

È necessário todo um processo de trabalho, estudo e pesquisa, planejamento, avaliação, debate e uma estratégia conjunta com professor da classe regular, e do especialista capacitado para atuar no processo de inclusão, contando também com a participação de toda comunidade escolar. Emerge a necessidade da capacitação dos professores, com vistas a uma prática pedagógica que lide com vários níveis de desenvolvimento e processos de aprendizagem variados (BRUNO, 2006).

3. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

Discussões críticas e estudos de campo, na área da educação especial têm contribuído para estabelecer mudanças e aprofundar nossos conhecimentos acerca de pessoas com necessidades especiais. Durante muitos séculos, as pessoas com deficiência, foram tratadas como “anormais da nação”, e por vezes considerados “endemoniados” causando temor e confusão (DE CARLO, 1999).

A fim de melhor compreendermos as necessidades das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, se faz necessária uma análise histórica aprofundada de como essas pessoas eram tratadas e vistas pela sociedade. Pretendemos com este capítulo, apresentar a evolução histórica da Educação Especial, principalmente no que tange ao contexto brasileiro.

Nos séculos 17 e 18, acreditava-se que todos os indivíduos que possuíssem algum tipo de deficiência, teriam que ser recolhidos para que fossem tratados, mas na verdade, o que era feito, era um isolamento e exclusão para proteger a sociedade contra a desordem dessas pessoas, e os perigos que eles representavam, ali eram marginalizados e socialmente sofriam ações punitivas (DE CARLO, 1999).

No Brasil, a preocupação com a educação de crianças deficientes surgiu a partir do fim do século 18, acompanhando a divulgação das ideias liberais e o desenvolvimento da educação fundamental, porém a constituição de 1824 ainda privava o deficiente adulto de seus direitos políticos e apenas em 1854 foi criado, com apoio do governamental, o Imperial Meninos Cegos, mais tarde denominado Instituto Benjamin Constant. (DE CARLO, 1999, p. 26)

Nas primeiras décadas do século XX, havia lugares que obrigavam a internação de deficientes em instituições escolares anexas aos hospitais psiquiátricos, onde eram consultadas crianças gravemente prejudicadas junto com adultos loucos, todos segregados socialmente (DE CARLO, 1999).

A solução adotada para com essas pessoas, cujo fracasso escolar parecia decorrer

de sua falta ou desvantagem intelectual, foi a construção de instituições especializadas e de classes regulares nas escolas de ensino, onde poderiam reagrupados, para não se sentirem abandonados moralmente e socialmente (DE CARLO, 1999).

De acordo com De CARLO (1999), ao avaliarem os alunos com deficiência múltipla tendem a observar a deficiência predominante, ou seja, a que maior compromete as funções orgânicas e comportamentais dos alunos. Essa postura constitui-se um erro pois a deficiência múltipla não pode ser “separada” para análise individual

Segundo MAZZOTTA (1996) é dever e direito uma educação descente as pessoas com deficiência em nossa sociedade e é obrigação do Estado integrar essas pessoas, através da participação nas escolas.

A educação inclusiva idealiza uma instituição aberta a todos, onde todos aprendam juntos, não importando a origem de suas dificuldades, visto que o ato educativo se baseia na diferenciação curricular inclusiva, dessa forma as diferentes metodologias de ensino, tem que acompanhar os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos. (THEODORO, 2006).

Considerando que, de modo geral, as necessidades e dificuldades causam temor nas pessoas, a falta de conhecimento sobre o que é deficiência, faz com que os deficientes sejam marginalizados e ignorados pelos outros. Houve um consenso social, fundamentado na ideia de que a condição de incapacitado, gerou a completa omissão da sociedade em relação de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessas pessoas.

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive Brasil [...]. Uma investigação sobre estas medidas mostra que até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional dos deficientes: Pedagogia de anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Algumas das expressões hoje ainda, são utilizadas, a despeito de sua impropriedade (MAZZOTTA, 1996, p. 17).

Os princípios fundamentais das escolas inclusivas consistem em todos os alunos aprenderem juntos, não importando as dificuldades que apresentam. As instituições devem levar em conta as necessidades diversas, dos seus educandos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem. Se comprometendo em atender com um bom nível de educação, utilizando de estratégias pedagógicas, recursos e cooperação. É preciso por tanto a colaboração de um conjunto de apoio e serviços para obter um bom resultado dentro das escolas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Os professores que atendem os alunos com necessidades educacionais especiais realizarão, com o apoio de equipes de orientação educacional e psicopedagógica ou dos departamentos de orientação conforme o caso, as adaptações curriculares necessárias para ajudar esses alunos a prosseguir visando atingir seus objetivos educacionais (Herrero, 2000).

A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação de excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX (MAZZOTTA, 1996, p.27).

Podemos destacar dois períodos importantes para a história da educação especial no Brasil, marcados pela natureza e abrangências das ações desencadeadas para a educação das pessoas que possuem deficiência. Em primeiro momento de 1854 a 1956 iniciativas oficiais e particulares isoladas e no segundo momento do período de 1957 a 1993 começou iniciativas oficiais de âmbito nacional (MAZZOTTA, 1996).

3.1. PERÍODO DE 1854 A 1956 - INICIATIVAS OFICIAIS E PARTICULARES ISOLADAS

O atendimento escolar especial aos deficientes teve início na data de 12 de setembro de 1854, sendo a primeira atitude neste sentido concretizada por D Pedro II. Nessa mesma data, através do Decreto imperial de nº 1.428, D Pedro II instituiu na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (MAZZOTTA, 1996).

A fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte a um cego brasileiro, José Alvares Azevedo, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado, por Valentin Hauy no século XVIII (MAZZOTTA, 1996, p.28).

Em 24 de Janeiro de 1891, pelo Decreto nº 1.320, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao seu ilustre e atuante, ex-educador de Matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (MAZZOTTA, 1996).

Foram criadas algumas instituições especializadas ao atendimento de pessoas deficientes mentais: Instituto Pestalozzi de Canoas, Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, Sociedade Pestalozzi de São Paulo, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE do Rio de Janeiro, e pôr fim a Associação de Pai e Amigos dos Excepcionais- APAE de São Paulo (MAZZOTTA, 1996).

3.2. PERÍODO DE 1957 A 1993 - INICIATIVAS OFICIAIS DE ÂMBITO NACIONAL

O atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível

nacional, pelo governo federal, com a criação de Campanhas especificamente

voltadas para este fim. A primeira campanha concretizada foi para a Educação do surdo brasileiro - CESP- pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. (MAZZOTTA, 1996).

Uma campanha foi instituída em 1960, realizada por influência de movimentos com liderança através da Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, na duas na cidade do Rio de Janeiro. Com a ajuda do então Ministro da Educação e Cultura, Pedro Paulo Penido, conforme o Decreto nº 48.6891, do dia 22 de setembro de 1960, em publicação no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1960, foi instituída, com o Gabinete do Ministério da Educação e Cultura, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME. O decreto dispõe que a CADEME seria a conduzir por uma comissão de três membros no qual a presidência seria a do Ministro da Educação e Cultura, que designaria um dos membros para executar funções de diretor executivo, com intuito de realizar a administração e execução. (MAZZOTTA, 1996, p. 52).

O CENESP foi criado pelo Decreto nº 72.425 do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 3 de julho de 1973, com a “finalidade de promover, em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, 1996).

3.3.1. LEGISLAÇÃO E NORMAS

3.3.2. DE 1961 A 1970

Em decorrência da análise da legislação e normas, destaca-se de início, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº 4.024/61, que reafirmando o direito dos excepcionais a educação, indica em seu artigo 88 que, para interagi-lo na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral da educação. (MAZZOTTA, 1996, p.67).

A LDB de 1961 é substituída pela Lei nº 5.692/71 que assegura o “tratamento especial”, aos “alunos que possuem deficiência físicas ou mentais, aqueles que tenham atraso considerável quando à idade regular de serem matriculados e os superdotados”, em conformidade com que os Conselhos Estaduais da Educação definem (MAZZOTTA, 1996).

A lei nº 5.692/71, com a redação alterada pela lei nº 7.044/82, fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, define o objetivo geral para este grau de ensino (comum ou especial), como de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania (MAZZOTTA, 1996, p.69)”.

3.3.3. DE 1986 A 1993

Em 1986, segundo o Decreto nº 93.613, de 21 de novembro, há mudanças pois o CENESP se extingue e surge a Secretaria de Educação Especial- SESP, órgão central de direção superior, do Ministério da Educação. Na data de 5 de outubro de 1988, é decretado uma nova Constituição Brasileira, com destaque alguns itens de importância. (MAZZOTTA, 1996).

A Constituição de 1988, traz como propósito a promoção do bem estar social, sem discriminação a fim de que não há desigualdade entre pessoas, envolvendo idade, cor, sexo e raça (MEC,2008).

Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” , como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (MEC,2008,pág. 10).

3.3.4 DE 1994 AOS TEMPOS ATUAIS

A Declaração de Salamanca foi um marco muito importante para as pessoas com deficiência, pois daí eles começaram a ser mais aceito pela sociedade, no qual antes desse acontecimento eram excluídos da vida cotidiana. Com os tempos atuais houve um salto qualitativo grande e substancial no que se refere ao padrão de vida das pessoas com necessidades especiais, pois hoje em dia a legislação obriga os sistemas educacionais a receber as crianças que tenham alguma deficiência, só que o governo não dá suporte aos profissionais da área educacional de forma satisfatória e como deveria em que as mesmas vão para a escola sem possuir uma vida escolar de forma que atenda a sua necessidade como de exemplo a falta de acessibilidade e

um trabalho diferenciado na maioria das vezes sendo feito de forma adequada.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso as classes comuns do ensino regular, aqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação de aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que seja valorizadas os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial. (MEC, 2008, p. 10).

Uma nova visão acerca da diversidade humana dá-se início a partir de meados da década de 90 aconteceu na Inglaterra e nos Estados Unidos que chegou com a assinatura da Declaração de Salamanca (1994), pelo qual vários países se comprometeram a pôr em prática nas escolas.

Com esse documento obteve-se um salto qualitativo e grandioso em relação aos pensamentos humanos, no atendimento e políticas públicas para as pessoas com deficiência (PORTO, 2003).

As atividades pedagógicas aplicadas antes nas escolas de ensino especial foram transferidas para a escola comum, tendo em vista as características e especialidades do aluno, com o planejamento feito pela professora de Educação Especial, contendo conhecimentos práticos e teóricos, com recursos a fim de promover a aprendizagem de alunos com deficiência. A escolarização integradora é o jeito que mais dá certo para a construção da solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. (FERREIRA, 2003)

Esse período foi alimentado pelo humanismo renascentista. Esse movimento preconizava o valor das pessoas como seres humanos e seu direito a oportunidade de desenvolver e máximo de suas potencialidades. Prevalencia a ideia que todos foram criados dentro do princípio de igualdade, com direito a liberdade e uma vida feliz. Essa forma de pensar, certamente influenciou a mudança de atitude com relação as pessoas com necessidades especiais. (CARVALHO, 2000, pág. 23).

Além da Declaração de Salamanca, é de relevância citar a Convenção da Guatemala de 1999. Neste encontro foi discutido e acordado que os governos assumissem o compromisso de adaptar meios que facilitassem o transporte e

comunicação, e o acesso ao público, facilitando também a comunicação referente a saúde, emprego, assistência social, esportes, atividades políticas e de cidadania, proporcionando a igualdade de oportunidades e condições de vida para toda a sociedade (FERREIRA, 2003).

As dificuldades para a integração são mais evidentes no caso dos retardos mentais do que para outros grupos de deficiências. Eles podem apresentar não só problemas de comunicação (sensoriais), sociais e de movimentos (físicas), sendo que a dificuldade básica é caráter educativo, afetando a capacidade intelectual de aprender. Além disso, suas dificuldades tendem a aumentar à medida que progredem dentro do processo educativo. Por isso, a integração destas crianças requer modificações profundas na escola normal e também a introdução dos aspectos que se mostraram adequados para a intervenção educativa com deficientes mentais em centros educativos especiais (adaptações curriculares, técnicas de educação especial, uma organização diferente das aulas e do centro de integração. (Herrero, 2000, p. 35).

A resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, 11 de setembro de 2001, enfatiza que a escola precisa de adaptar ao aluno e não ao contrário, que todos os sistemas de ensino devem fornecer equipes de apoio a Educação Inclusiva, as instituições de ensino devem reavaliar seus currículos, para que todas as crianças independentes de suas características físicas ou sensoriais, sejam avaliadas de acordo com seus progressos. (FERREIRA, 2003)

Sabe-se que não se melhora a qualidade do ensino considerando somente a sala de aula e seus agentes ou outro espaço isoladamente, essa melhoria depende de um conjunto articulado de mudanças educacionais dependem dos sistemas de ensino e da vontade política de seus gestores. (PIETRO, 2002, p. 58)

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva do ano de 2008 redefini uma ideia em que a educação especial é uma forma de ensino que percorre o ensino básico e superior, que deveria disponibilizar apoio diferenciado através de recursos para obtenção do sucesso no processo de desenvolvimento que se refere ao ensino aprendizagem comum em sala de aula, e em momentos com o profissional especializado na sala de recursos no atendimento educacional especializado, que atenda o público alvo da educação especial: sendo eles transtornos globais de desenvolvimento, deficiências e superdotação (GARCIA, 2013).

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

4.1. OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de inclusão de uma criança com deficiência múltipla, matriculada em uma escola comum do município de Serra.

4.1.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os principais desafios enfrentados pelos participantes do cotidiano escolar, na inclusão da criança com deficiência múltipla.
- Avaliar a partir das falas dos sujeitos da educação, se os mesmos compreendem do que se tratam a deficiência múltipla e se esse conhecimento tem contribuído no planejamento de suas ações junto à criança.
- Contribui na construção de mediações (interações) significativa no cotidiano escolar da criança com deficiência múltipla, visando potencializar seus processos de ensino e aprendizagem.

4.2. LOCAL DE ESTUDO

A experiência e vivência por intermédio do Estágio, e a oportunidade fornecida pela Prefeitura Municipal da Serra, proporcionou a observação e a investigação do cotidiano e a rotina escolar de um aluno com deficiência múltipla no Ensino Fundamental em ensino regular, e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na falta de acessibilidade e inclusão de qualidade na escola comum.

A instituição de ensino escolhido para a realização de nossa pesquisa é uma escola de ensino regular pública no município de Serra E.M.E. F “Maria Benedita” cujo nome é fictício para preservar a identidade nos sujeitos alocados na escola em questão.

4.3. SUJEITO DE ESTUDO

São sujeitos do estudo: uma criança com deficiência múltipla que frequenta a escola de ensino regular no 3º do Ensino Fundamental II de uma escola pública localizada em Serra – ES e uma professora especializada na área de educação especial que acompanhou essa aluna por um ano.

A produção do questionário foi demonstrada pelo direcionamento em relação aos seus respectivos sujeitos. É importante ressaltar que os nomes dados aos sujeitos da pesquisa são fictícios, com o objetivo de preservar sua identidade.

4.4. METODOLOGIAS PARA COLETA DE DADOS

A pesquisa qualitativa tem por finalidade formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de interpretação e análise de dados. (FREITAS, 2013, P. 70).

Ao tratar de uma abordagem qualitativa, essa pesquisa tem como fonte de dados. O sujeito que está pesquisando tem que manter um contato direto com o lugar, e o sujeito em questão, usando de um trabalho mais profundo de campo. (FREITAS, 2013).

Os dados coletados nessa pesquisa são de fato considerados a descrição como forma de retratar o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. É indispensável à preocupação muito mais com o processo do que com o produto.

Em relação à análise de dados, não se tem preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas porém não elimina a existência de uma parte teórica que faz o direcionamento da coleta, da análise dos dados (FREITAS, 2013).

O procedimento de coleta de dados escolhido por nós, nessa pesquisa foi à entrevista uma vez que,

A entrevista serve como veículo de comunicação. A entrevista é organizada em torno de um roteiro direcionado certos temas, mas aberto para ambiguidades. A entrevista explora o mundo vivido do entrevistado, definido como experiência consciente, e está à procura de sentido que este mundo vivido tem para o entrevistado. Neste processo, a consciência do entrevistador, como expressa no roteiro da entrevista, modifica-se, amplia-se, atualiza-e na interação com o entrevistado. O movimento corretivo é possível pela reversibilidade das percepções e expressões do entrevistador e do entrevistado. O entrevistador deixar-se conduzir pela expressão do entrevistado e oferece percepções, reduzidas na expressão, para serem especificadas pelo entrevistado. Notem a mediação da linguagem (verbal e não verbal) criando momentaneamente uma mutualidade de experiência entre os dois comunicantes (GOMES, 1997, pág. 320).

O estudo de caso requer exaustivo, estudo profundo, de vários objetos, de um jeito que permita seu amplo e detalhado conhecimento, é uma tarefa difícil mediante outros aspectos já considerados. (GIL, 2002).

O termo estudo de caso é comumente usado para um descrever dois diferentes tipos de investigação: 1) num sentido amplo se considera todo estudo inclusive de um caso individual, no qual o investigador o reconstrói a partir dos vários instrumentos e métodos de pesquisa; 2) num sentido mais restrito, ele é concebido com um método específico da pesquisa, um determinado estagio da pesquisa de um problema, no qual o investigador faz o estudo exaustivo de um caso, como um todo Inter relacionado, mas confina a si mesmo as afirmações dos resultados descritivos(TARANDACH, 1978, pág. 50)

Adotamos ainda a observação não participante do cotidiano em que o pesquisador está só para observar, com uma visão global de todo o processo educativo da aprendizagem e desenvolvimento da criança sem interferir na parte para dar opiniões e estratégias para o professor lidar com a mesma.

5. A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA ESCOLA COMUM: O ESTUDO EM ANDAMENTO

Espera-se que o educador de um modo geral tenha clareza e consciência adequadas sobre o que pretende ensinar, e que se disponibiliza de atitudes necessárias a uma organização e que passe para os seus alunos seus conhecimentos, e trace metas educacionais, estabelecidas no âmbito escolar, e que a sociedade possa se favorecer com o exercício do seu papel (CARVALHO, 2000).

Para os educadores que se dedicam às crianças com deficiência múltipla são acrescentados alguns requisitos: o conhecimento das particularidades educacionais dos alunos, seu potencial e suas necessidades especiais, seus avanços, levando em conta suas dificuldades, bem como seu domínio sobre novas formas de abordar a educação e a integração na escola e no social dessa população específica. (CARVALHO, 2000).

A intervenção educativa é um método que promove o desenvolvimento pelo uso das estratégias cognitivas da criança na assimilação dos conhecimentos sociais, elaborados de acordo com a fase evolutiva. O papel da participação educacional é um direcionamento para conceituar valores, como situação de aprendizagem no seu desenvolvimento integral. O trabalho de educação especial, se dá por meio de ações planejadas, com o objetivo de educar, buscando a socialização da criança, no seu desenvolvimento e suas capacidades em sua inserção cultural e social. (CARVALHO, 2000).

Muitas dessas crianças têm acesso às escolas regulares, onde estudam nas classes comuns e recebem atendimento especializado, no que é chamado contra turno, por professores que atendem em salas de apoio, ou de recursos. Esses atendimentos vêm com um complemento dos conteúdos que não são trabalhados em sala de aula, por não poderem trabalhar com os outros alunos, mas muito importante aos que apresentam deficiências. (CARVALHO, 2000)

Portanto de um modo geral, os alunos com deficiência múltipla que são integrados nas classes comuns do ensino regular participante de um ambiente mais estimulante e integrador.

Porém nem são todas as crianças com deficiência múltipla, tem acesso a aprendizagem nas classes comuns. São muitas vezes limitadas individualmente do próprio sistema educacional em lhes oferecer educação mais integradora. Sabemos que as instituições escolares muitas vezes não estão preparadas para a educação de crianças com necessidades diferenciadas e, por esse motivo, as classes especialistas tem sido uma alternativa para algumas crianças com deficiência múltipla.

As adaptações curriculares têm o propósito de se adequar o currículo as necessidades especiais dos alunos, de modo a possibilitar o atingimento dos objetivos estabelecidos para cada etapa educativa, essas adaptações visam o acesso a aprendizagem, por exemplo: a colocação de alunos nos grupo que facilitem a aprendizagem e sua integração social, a criação de um ambiente adequado, e material que se adéqua a sua necessidade, a melhoria dos níveis de comunicação com os adultos e com os colegas, etc... (CARVALHO, 2000).

Não se podem minimizar as dificuldades que uma criança com deficiência múltipla enfrenta atingir esse objetivo. Ao mesmo, não se podem ignorar os prejuízos que resultariam de abrir mão em atingi-lo. Deve a escola encontrar caminhos alternativos e eficientes para apoiar essas crianças na superação de suas dificuldades, dando-lhes oportunidades de sucesso real e de conquistas na vida acadêmica, até mesmo quando apresentam outras deficiências associadas (CARVALHO, 2000, pág. 66).

As instituições escolares de ensino regular são obrigadas a acolher os alunos com quaisquer deficiências, pois a Constituição de 1988 mais precisamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz que a Educação é um direito de todos sem nenhuma discriminação, respeitando assim a diversidade social e cultural de cada indivíduo a fim de que proporcione a todos uma educação de qualidade, é um dever do Estado de oferecer uma educação gratuita e de qualidade, nesses aspectos muito importantes para um bom desempenho no desenvolvimento e envolvimento no

processo de ensino aprendizagem de uma criança seja ela especial ou normal.

Nas escolas, os profissionais não se mostram adequadamente qualificados para atenderem e receberem esses alunos com necessidades educacionais especiais.

Com relação às escolas de ensino fundamental, mais precisamente no município da Serra, as mesmas possuem a falta de acessibilidade, pois não há rampas para os cadeirantes desfrutarem do acesso à escola e nem mesmo elevadores, nesse sentido esses alunos sempre têm que ficar nas salas de aulas no pavimento de baixo do prédio da escola. Não há banheiros apropriados com bancadas para fazer a troca de fraldas e roupas.

A alimentação dos educandos com necessidades especiais não é adequada as suas restrições, A experiência e vivencia por intermédio do Estágio, e a oportunidade fornecida pela Prefeitura Municipal da Serra, proporcionou-nos a observação e a investigação do cotidiano e a rotina escolar de alunos com deficiência múltipla no Ensino Fundamental em ensino regular, e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos na falta de acessibilidade e inclusão de qualidade na escola comum.

Em algumas escolas da Prefeitura Municipal da Serra de Ensino Fundamental e Educação infantil, encontra-se a o educador especializado para atender às crianças que possuem necessidades educacionais especiais. No caso da deficiência múltipla é feito um trabalho diferenciado e sistematizado como, por exemplo, o uso da tinta guache para colocar as mãos das crianças na folha de chamex com a tinta, fazendo assim o desenho das mãos. É importante que a escola contenha um colchão para que os alunos com essa deficiência sejam retirados da cadeira de rodas para descansar um pouco. O uso de massinhas também é essencial para o desenvolvimento do educando para sentirem a textura dos objetos. A contação de historias é uma importante ferramenta de ensino e aprendizagem visto que a audição desses alunos costuma ser bastante aguçada, trabalhando assim com a sensibilização dos mesmos. A socialização é de grande relevância, pois a criança

com deficiência múltipla precisa e necessita de interagir com os demais colegas da sala de aula e também com o professor. As interações sociais permitem o aprendizado e desenvolvimento da criança como um todo.

O gestor da escola deverá ficar atento e ser responsável pelas verbas a fim de utilizá-las de forma adequada. A verba recebida pela escola tem parte de sua destinação exclusivamente para a Educação Especial e a mesma deverá ser usada para comprar materiais pedagógicos e didáticos para a sala de recursos ou até mesmo para acessibilidade na instituição de ensino, como por exemplo, a construção de rampas ou elevadores.

São de suma importância as formações continuadas envolvendo o tema da educação especial para todos os funcionários da escola e é sempre necessário que os alunos com deficiência múltipla tenham um funcionário sempre ao seu lado na rotina escolar, pois muitos dependem totalmente de um adulto para a realização de suas atividades.

Entre as muitas contribuições oferecidas pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, visando à orientação escolar das redes de ensino a definir nessa modalidade, uma nova proposta de trabalho, em uma classificação do atendimento educacional especializado AEE, além desse propósito dessa Política, o atendimento a Educação Especial, não se restringe aos seus propósitos.

Quando oferecido e devidamente interpretado nas escolas comuns, esse atendimento pode produzir a tão esperada mudança no ensino comum, atendendo as exigências de uma educação igual para todos.

A inclusão se apoia num propósito que somos todos iguais, a escola inclusiva tem a garantia de igualdade entre alunos diferentes, e lhes garante o direito a diferença a educação.

A educação brasileira percorre caminhos para concretizar seu projeto inclusivo, esbarrando-se em equívocos conceituais, que dificultam a reorganização pedagógica das escolas, para atender as exigências de que ser diferente lhes impõem.

Nessa direção os avanços da escola brasileira têm acontecido com lentidão, e o número cresce de alunos excluídos da turma de ensino comum, no caso os alunos com deficiência.

Ao definir seu público alvo, a Política delimita a atuação e competências da educação especial, e recupera seu verdadeiro papel, desfeito pelo atendimento indiscriminado de alunos que são excluídos pelas escolas comuns, por vários motivos.

O atendimento educacional especializado constitui uma transformação muito importante do ensino especial, pela inclusão, são abordadas as diferenças sem que mudem as fórmulas prontas de atendimento especializado. O professor do AEE atua sobre as peculiaridades de certos alunos, disponibilizando equipamentos, recursos, meios de linguagem e conhecimentos que dão acesso a participação no ensino comum.

Com o desenvolvimento das ações e políticas de educação inclusiva foi evidenciado um aumento das matrículas das escolas públicas que alcançam os alunos com necessidades especiais. O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem se transformando os conceitos, e as práticas educacionais e de gestão.

A educação especial passa a integrar a proposta pedagógica na escola regular, proporcionando o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, e direciona suas ações voltadas a esses alunos, no processo educacional, numa atuação mais ampla na escola, e orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos e o desenvolvimento e práticas colaborativas (BRASIL, 2010).

Em suma para se tiver os alunos com necessidades especiais em uma escola regular de ensino é necessário se ter uma ótima organização escolar e um planejamento de acordo com as dificuldades do aluno e o mesmo sempre estar se envolvendo com os demais alunos e demais funcionários da escola, a fim de que proporcionem um desenvolvimento e crescimento das suas aptidões e se alcancem os objetivos nas atividades propostas.

5.1. O ESTUDO EM ANDAMENTO

Entre as muitas contribuições oferecidas pela Política de Educação Especial na Perspectiva da inclusão, visando à orientação escolar das redes de ensino a definir nessa modalidade, uma nova proposta de trabalho, em uma classificação do atendimento educacional especializado AEE, além desse propósito dessa Política, o atendimento a Educação Especial, não se restringi aos seus propósitos.

Quando oferecido e devidamente interpretado nas escolas comuns, esse atendimento pode produzir a tão esperadas mudanças no ensino comum, atendendo as exigências de uma educação igual para todos.

A inclusão se apoia num propósito que somos todos iguais, a escola inclusiva tem a garantia de igualdade entre alunos diferentes, e lhes garante o direito a diferença a educação.

A educação brasileira percorre caminhos para concretizar seu projeto inclusivo,

esbarrando-se em equívocos conceituais, que dificultam a reorganização pedagógica das escolas, para atender as exigências de que ser diferente lhes impõem.

Nessa direção os avanços da escola brasileira têm acontecido com lentidão, e o número cresce de alunos excluídos da turma de ensino comum, no caso os alunos com deficiência. Os movimentos em favor da inclusão defendem a normalização/integração, uma inclusão parcial, reduzindo as diferenças a identidades e empregam a manutenção de escolas e classes especiais, onde os alunos se empreguem em um espaço de igualdade.

Lidar com a diferença, é um desafio constante e nas escolas inclusivas, a fixação das identidades que constitui a verdadeiro sentido da própria identidade.

A Política Nacional de Educação Especial constitui uma grande força alavancada, em favor da inclusão, rompendo com a possibilidade de a Educação Especial entrar no lugar da escola comum.

Em uma nova visão a educação especial entra nos sistemas de ensino, se articulada com eles e celebra diferença múltipla, a diferença dentro das diferenças. (MEC, 2005).

Ao definir seu público alvo, a Política delimita a atuação e competências da educação especial, e recupera seu verdadeiro papel, desfeito pelo atendimento indiscriminado de alunos que são excluídos pelas escolas comuns, por vários motivos.

Os professores deixam de fazer outras atividades de suas atribuições, e fazem reforço escolar para aqueles alunos que tem dificuldades de aprendizagem e adquirem um estatuto profissional definido e compatível, com o caráter complementar do ensino especial.

O AEE constitui uma transformação muito importante do ensino especial, pela

inclusão, são abordadas as diferenças sem que mudem as fórmulas prontas de atendimento especializado, o professor do AEE atua sobre as peculiaridades de certos alunos, disponibilizando equipamentos, recursos, meios de linguagem e conhecimentos que os dão acesso a participação no ensino comum.

Desde o aparecimento do movimento pela inclusão, foi levantado um interessante debate acerca da inclusão, começou com o propósito de confirmar esses princípios norteadores, esse esforço tem o propósito de conseguir que as pessoas com deficiência fossem incluídas nas salas comuns das escolas regulares, para os alunos com necessidade não requerem integração, requerem educação. (MEC, 2005).

O Censo escolar/MEC/INEP, realiza anualmente, em todas as escolas de educação básica, indicam que a educação especial na sede pública, com ingressos nas classes comuns, ofertado ao atendimento educacional especializado, tem aumentado a acessibilidade nos prédios escolares, as escolas municipais estão ofertando mais matrículas de ensino com necessidades educacionais especiais, e oferecem formação docente para o atendimento a esses alunos.

Com o desenvolvimento das ações e políticas de educação inclusiva foi evidenciado um aumento das matrículas das escolas públicas que alcançam os alunos com necessidades especiais. O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem se transformando os conceitos, e as práticas educacionais e de gestão.

Com a declaração de Salamanca, as escolas regulares recebem orientação mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, e que os alunos com necessidades especiais devem por direito ter acesso a escola regular, tendo como princípio norteador que as escolas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, devam acomodar todas essas crianças.

A educação especial, possa a integrar a proposta pedagógica na escola regular, proporcionando o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos

com deficiência, e direciona suas ações voltadas a esses alunos, no processo educacional, numa atuação mais ampla na escola, e orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos e o desenvolvimento e práticas colaborativas. (MEC, 2010).

5.2 OUVINDO O SUJEITO DA PESQUISA

Perguntamos a professora quais eram as principais necessidades de “Gabriela” na escola?

Nos respondeu, que a Gabriela deve ser estimulada, em uma ambiente acolhedor que atenda às necessidades da aluna.

Como a escola tem contribuído para atender a essas necessidades?

A escola tem contribuído de forma a disponibilizar todos os recursos necessários para o seu aprendizado.

E Quais os progressos que “Gabriela” teve, e de que forma a escola contribuiu para que isso acontecesse?

A professora de Educação Especial diz que a aula está em constante crescimento cognitivo, respondendo a todos os estímulos diante do trabalho pedagógico oferecido pelo profissional da sala de recurso disponibilizando material lúdico que favorecerá no seu aprendizado.

O que você espera da família de “Gabriela”?

Que continue contribuindo de maneira significativa no processo de ensino aprendizagem.

Como tem sido a relação dos pais e de “Gabriela” com os demais pais e alunos?

A comunidade escolar interage no intuito de garantir uma educação de qualidade a

todos.

Quais os desafios que você enfrenta ao desenvolver o trabalho junto a “Gabriela”?

Por ser uma aluna com deficiências múltiplas requer maior cuidado e atenção para o desenvolvimento de suas atividades.

Como você organiza o planejamento da ação pedagógica e o currículo escolar com “Gabriela”?

Este planejamento se dá de maneira conjunta, em que professor e pedagogo traçam propostas de adaptação do currículo na busca uma efetiva aprendizagem.

O que você conhece sobre a deficiência múltipla?

A deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente sejam deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas. Não existem estudos que comprovem quais são as mais comuns. As causas podem ser pré-natais, por má-formação congênita e por infecções virais como rubéola ou doenças sexualmente transmissíveis, que também podem causar deficiência múltipla em indivíduos adultos, se não tratadas.

Em que esse conhecimento tem contribuído para o planejamento de suas ações junto ao aluno com deficiência múltipla?

De acordo com a orientação que recebemos em nossas formações, junto a diversos estudiosos referentes ao assunto e de nossas pesquisas, devemos observar caso a caso, levando em consideração os tipos e o grau de comprometimento de cada aluno. De forma que a somatória destas deficiências deve ser levada em consideração que há consequências nos diversos aspectos do desenvolvimento da criança influenciam diretamente na sua maneira de conhecer o mundo externo e desenvolver habilidades adaptativas. Com isso, que é preciso que fiquemos atentos às competências do aluno com deficiência múltipla, usando estimulação sensorial e

buscando formas variadas de comunicação, para identificar a maneira mais favorável de interagir com este.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os relatos deste estudo, é preciso que os olhares sobre as escolas especiais ou regulares visem uma transformação no âmbito escolar, tanto dos pais que vivem em um nível sócio econômico desproporcional, e são desrespeitados em seus direitos quanto em relação aos professores que apresentam em seus atos, um descrédito no que se refere ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência múltipla.

Olhando por esse lado, é imprescindível na implantação da escola inclusiva, uma formação profissional para poder atender a todas as crianças compreendendo que todas são importantes no contexto escolar.

O desafio não é apenas o acesso à escola e sim uma educação inclusiva que proporcione a esses alunos transformação e evolução no seu desenvolvimento educacional, e pessoal, e os faça sentir realmente incluídos numa sociedade que deveria ser igualitária para todos.

Considerando as condições de inclusão dos alunos com deficiência múltipla, através de nosso trabalho, foi possível observar uma baixa qualidade no processo de inclusão desses sujeitos.

Onde não nos referimos somente pelo fato dessas crianças não terem uma metodologia de ensino, elaboradas especialmente para elas, e sim também pelas dificuldades encontradas, no cotidiano escolar, pela falta de professores qualificados a trabalhar com as mesmas, e não há acessibilidade adequada para elas frequentarem todas as dependências das escolas.

Fechando a abordagem das considerações, acreditamos que seja de grande importância que os governantes promovam capacitação para que os professores e as escolas estejam realmente aptas em atender essas crianças oferecendo a elas uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, FERREIRA. **Perspectivas sobre Inclusão da Educação a Sociedade** Ed. Porto Brasília, 2003,

BRUNO, Garcia. **Saberes e Práticas de Inclusão**. Ed. MEC. Ministério da Educação Especial. Brasília. 2004.

CARLO, Marysia M. R. do Prado de. **Se essa casa fosse nossa: Instituições e processo de imaginação na Educação Especial**. São Paulo: Plexus, 1999.

CARVALHO, Soares. **Deficiência Múltipla**. Volume 1. Ed. MEC. Ministério da Educação. Brasília. 2000.

CARVALHO, Soares. **Deficiência Múltipla**. Volume 2. Ed. MEC. Ministério da Educação. Brasília. 2000.

CORDE, **Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência**. Ed. MEC, 1994.

GIL, Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4^o Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

HERREIRO, Presentación. **Educação de alunos com Necessidades Especiais**. Ed. Educ. São Paulo. 2000.

MAIA, Rodrigues. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Surdo Cegueira e Deficiência Múltipla**. Ed. Grupo Brasil. 2010.

MANZINI, José. **Considerações sobre a entrevista para em educação e educação especial: um estudo sobre análise de dados**

Prodanov, Cristiano Freitas de Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2^o Ed. Rio Grande do Sul, Ed. Feevale, 2013.

MAZZOTTA, J.S. **Educação Especial no Brasil História e políticas públicas**. São Paulo. Ed. Cortez, 1996.

MEC, Ministério da Educação. **Inclusão Educacional**. Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial, Brasília, V.1,n.1, p.14-15, Outubro 2005.

MEC, Ministério da Educação. **Inclusão Educacional**. Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial, Brasília, V.4,n.1, p.7-17, Jan/Jun., 2008

MEC, Ministério da Educação. **Inclusão Educacional**. Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial, Brasília, V.5,n.1, p.12-15, Jan/Jul., 2010.

SANCHES, Theodoro **Da Integração Escolar: Cruzando perspectivas e conceitos**. Ed. Porto. Brasília. 2006

SCIELO, Revista Brasileira de Educação, Santa Catarina,V-18,n-52,p.105-106,Jan/Marc,2013